

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

## ACTA NÚMERO 40/XI/2.ª SL

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na sala oito do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de presenças, em anexo, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Aprovação da acta n.º 39/XI;
- 2. Discussão do Projecto de Resolução n.º 58/XI/1.ª (PCP) Consagra o Dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento;
- 3. Discussão do Projecto de Resolução n.º 251/XI (PCP) Recomenda ao Governo que encontre as soluções que viabilizem o processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal;
- 4. Apreciação e votação do parecer sobre a iniciativa europeia COM (2010) 611 Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1406/2002, que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima;
- 5. Outros assuntos.

Após o Senhor Presidente, Deputado José Luís Arnaut, declarar aberta a reunião, foi submetida à votação a acta n.º 39/XI, relativa à reunião havida no dia 30 de Novembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A discussão do Projecto de Resolução n.º 58/XI/1.ª (PCP) - Consagra o Dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento foi adiada em virtude da ausência do Senhor Deputado António Filipe (PCP).

Passou-se então à discussão do Projecto de Resolução n.º 251/XI (PCP) - Recomenda ao Governo que encontre as soluções que viabilizem o processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal.

O Senhor Presidente recordou que esta iniciativa baixou também à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL), sendo competente a Comissão de Defesa. Assim, colocou à consideração a possibilidade de se convidarem os membros daquela Comissão a participar na discussão do projecto em causa, adiando-se assim este ponto para a próxima reunião.

Estando presente o Senhor Presidente da CAOTPL, Deputado Miranda Calha, o mesmo informou que a CAOTPL já tinha discutido a questão; sendo a Comissão de Defesa a competente, no termos do despacho de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República (PAR), apenas nesta sede deveria o debate agora ter lugar.

O Senhor Deputado Marques Júnior (PCP) informou que estava nesse dia ainda a coordenar o seu grupo parlamentar, a título excepcional, e considerou que para dar sentido útil ao despacho de S. Ex.ª PAR seria necessário que a Comissão de Defesa tivesse conhecimento do debate havido na CAOTPL. No entanto, frisou que o PS estaria em condições de proceder desde logo à discussão, se tal não fosse considerado necessário.

A Senhora Deputada Paula Santos (PS), membro efectivo da CAOTPL a participar na reunião em substituição do Senhor Deputado António Filipe, informou que a discussão em sede de CAOTPL já tinha tido lugar, que tinha sido elaborada uma informação pelos serviços sobre a mesma e que o PCP estava em condições de fazer a discussão do projecto de resolução na Comissão de Defesa.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) considerou que seria útil dispor daqueles elementos.

Face ao exposto, o Senhor Presidente concluiu que se pediria cópia da informação sobre a discussão havida na CAOTPL para distribuição aos Senhores Deputados, ficando a discussão do projecto de resolução adiada para a próxima reunião.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado João Soares (PS) para apresentar o parecer sobre a iniciativa europeia COM (2010) 611 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1406/2002, que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima. Começou por agradecer e sublinhar a importância do contributo na elaboração do mesmo dado pelo Dr. Horácio César, assessor do

Grupo Parlamentar do PS. Fez depois algumas considerações sobre a Agência Europeia de Segurança Marítima e a proposta em análise.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) felicitou o autor do parecer pelo documento apresentado, congratulando-se com o faço de o mesmo conter a opinião do seu autor, o que considerou ser um aspecto muito positivo, para além de manifestar concordância com a opinião expressa, e fez também algumas considerações sobre a Agência Europeia de Segurança Marítima.

O Senhor Deputado Marques Júnior (PS) cumprimentou também o Senhor Deputado João Soares pelo excelente parecer.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) felicitou o autor pelo magnífico parecer, em nome do seu grupo parlamentar, manifestando concordância com a generalidade do seu conteúdo. Fez algumas considerações sobre o parecer e colocou algumas questões, designadamente no tocante ao conceito de segurança marítima, que considerou pouco claro, ao conceito alargado de defesa, com que se congratulou, e às referências ao «Deputado relator» fora da parte relativa à «opinião do relator», cuja manutenção questionou.

O Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) cumprimentou o autor do parecer, considerando ser enriquecedor o facto de conter a opinião do mesmo, e fez algumas considerações sobre a matéria objecto do parecer.

O Senhor Deputado João Soares (PS) agradeceu os comentários, respondeu às questões colocadas e fez algumas observações sobre a importância do mar para Portugal e o papel da Marinha.

Na sequência dos pontos levantados pelo Senhor Deputado Correia de Jesus relativamente às referências ao «Deputado relator», o Senhor Presidente apresentou uma proposta de alteração da redacção do primeiro parágrafo do capítulo II, que foi aceite pelo autor do parecer e restantes Senhores Deputados.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.

Passando ao último ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) para sublinhar a importância e o interesse de alguns assuntos de actualidade, relevantes do ponto de vista da segurança e defesa, serem objecto de reflexão na Comissão de Defesa. Referiu, a título de exemplo, o ataque da Coreia do Norte à Coreia do Sul (lembrando que seria

interessante ouvir o relato do Senhor Deputado Miranda Calha, que se encontrava em Seul nessa altura), a recente decisão do Senhor Ministro da Defesa no âmbito da saúde militar ou a revelação de segredos de Estado na internet.

O Senhor Presidente recordou que os grupos parlamentares têm toda a liberdade de propor pontos da ordem do dia das reuniões e que todas sugestões são muito bem-vindas. Manifestou, assim, total disponibilidade para as diligências que a Comissão entenda fazer, por exemplo no tocante à questão coreana, designadamente ouvindo o Embaixador da Coreia do Sul (única com representação em Lisboa).

O Senhor Deputado Marques Júnior (PS), referindo-se à questão da divulgação dos documentos classificados, chamou atenção para o despacho do Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros no sentido de solicitar parecer da Procuradoria-Geral da República, tendo o Senhor Presidente esclarecido que entretanto o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tomou a iniciativa de vir àquela Comissão falar do assunto. De seguida, informou que o Embaixador dos Estados Unidos em Lisboa fez saber que gostaria de vir à Assembleia falar do assunto, o que possivelmente ocorrerá em Janeiro

Usou depois da palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS) que relatou a sua experiência na Coreia do Sul, onde se encontrava, numa reunião na sede do comando americano, no momento do ataque. Fez também algumas considerações sobre o ocorrido, seu significado e consequências.

O Senhor Presidente agradeceu e, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezasseis horas e trinta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente,

(José Luís Arnaut)

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Correia de Jesus Eduardo Cabrita João Rebelo João Soares José Luís Arnaut José Miguel Medeiros Luís Vales Marques Júnior Miranda Calha Sérgio Sousa Pinto José de Matos Rosa

## Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Joaquim Ponte
Jorge Costa
Luís Campos Ferreira
Luís Fazenda
Luís Montenegro
Mário Mourão
Raúl de Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Lello Miguel Coelho Pacheco Pereira